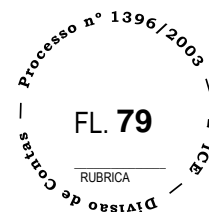




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



INFORMAÇÃO N.º 114/2005

PROCESSO N.º : 1396/2003

APENSO N.º : 240.000.494/2003

JURISDICIONADA : Secretaria de Solidariedade - SESOL/DF

ASSUNTO : Tomada de Contas Especial

EMENTA : PROCESSO N.º 385/2001 - Inspeção realizada na SECRETARIA DE SOLIDARIEDADE para exame de contratos firmados entre a jurisdicionada e a entidade ÁGORA - Associação para Projetos de Combate à Fome. Irregularidades apuradas nos Contratos SESOL/DF x ÁGORA n.ºs 02/1999 e 04/2000. Decisão N.º 1945/2003 - Multa individual aplicada aos agentes públicos responsáveis. Medida Cautelar determinando a suspensão dos contratos referidos. Instauração de TCE determinada pelo Tribunal. Análise das apurações e das conclusões expedidas na fase interna da TCE. Proposta de citação.

Senhor Diretor,

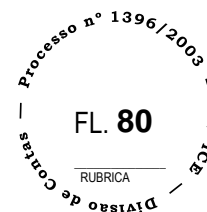
Promoveu-se a presente Tomada de Contas Especial em decorrência de irregularidades noticiadas em Relatório de Inspeção originário do Processo n.º 385/01, visto por cópia às fls. 14/30 ap., que tratou de procedimento de fiscalização levado a efeito na SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE com a finalidade de examinar contratos firmados pela jurisdicionada com a entidade ÁGORA - Associação para Projetos de Combate à Fome.

2. Os Contratos n.ºs 02/1999 e 04/2000, que são objeto da TCE em apreço, tiveram por finalidade a prestação de serviços de Assessoria Técnica para implantação e acompanhamento do Programa de Fortalecimento das Famílias de Baixa Renda do Distrito Federal - PRÓ-FAMÍLIA, nos exercícios de 1999 e 2000.

3. Os demonstrativos a seguir detalharão os contratos em referência, indicando as entidades contratantes, os responsáveis, o objeto, o valor original e o total pago.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



Demonstrativo I - Fonte: fls. 260/269 ap.

CONTRATO SESOL x ÁGORA n.º 02/1999

CONTRATANTES : SESOL/DF - Secretaria da Solidariedade
ÁGORA - Associação para Projetos de Combate à Fome

RESPONSÁVEIS : SESOL/DF: José Luiz Vieira Naves
ÁGORA: Mauro Morelli

OBJETO : Prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondentes a Assessoria Técnica, visando à implantação, monitoramento e avaliação do Programa de Fortalecimento das Famílias de Baixa Renda do DF.

VIGÊNCIA : 02.07.1999 a 02.07.2000

VALOR ORIGINAL : R\$ 144.000,00

LICITAÇÃO : Dispensada - art. 24, XIII, da Lei 8.666/93

TOTAL PAGO : R\$ 78.000,00

EXECUTOR TÉCNICO : Rodrigo Czepack

Demonstrativo II - Fonte: fls. 297/301 ap.

CONTRATO SESOL x ÁGORA n.º 04/2000

CONTRATANTES : SESOL/DF - Secretaria da Solidariedade
ÁGORA - Associação para Projetos de Combate à Fome

RESPONSÁVEIS : SESOL/DF: José Luiz Vieira Naves
ÁGORA: Mauro Farias Dutra

OBJETO : Prestação de serviços a serem executados de forma contínua, para acompanhamento da execução do Programa de Fortalecimento das Famílias de baixa Renda - Pró-FAMÍLIA.

VIGÊNCIA : 25.02.2000 a 31.12.2000

VALOR ORIGINAL : R\$ 550.000,00

LICITAÇÃO : Dispensada - art. 24, XIII, da Lei 8.666/93

TOTAL PAGO : R\$ 200.000,00

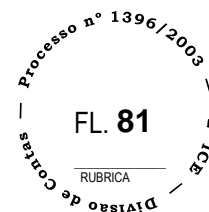
EXECUTOR TÉCNICO : Edvaldo Gonçalves dos Reis

4. As irregularidades apuradas pela Inspeção do Tribunal nos Contratos SESOL x ÁGORA n.ºs 02/1999 e 04/2000 dizem respeito, no essencial, à:

- ausência de projeto-básico da contratação (art. 26, inciso III da Lei n.º 8.666/93);
- autorização de pagamentos sem atestação do Executor Técnico (art. 56 parágrafo único, inciso III do Decreto n.º 16.098/94);
- pagamentos sem efetiva comprovação dos serviços prestados (art. 56 parágrafo único, inciso II do Decreto n.º 16.098/94);
- não-emissão do atestado de execução dos serviços (art. 13, § 3º, inciso IV do Decreto n.º 16.098/94).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



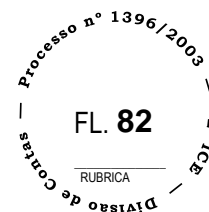
5. Em consequência das irregularidades referidas, o e. Plenário tomou conhecimento das justificativas apresentadas pelos agentes públicos envolvidos, considerando-as parcialmente procedentes e deliberou, entre outras medidas, pela aplicação de multa individual aos responsáveis no valor de R\$ 5.000,00, tendo determinado também a instauração da TCE em apreço.

6. Eis o teor da Decisão n.º 1945/2003, vista por cópia à fl. 1:

*" O Tribunal, de acordo com o voto do Revisor, Conselheiro JACOBY FERNANDES, decidiu: I - tomar conhecimento das justificativas apresentadas por Luís Alan Olivato, ex-Secretário de Solidariedade, e José Cláudio Romero, Diretor de Administração Geral, considerando-as parcialmente procedentes; II - com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, **aplicar a cada um dos responsáveis indicados no parágrafo 58 da instrução, a multa individual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, ante às irregularidades verificadas nos autos: ausência de projeto-básico, dispensa de licitação sem a devida justificativa de preços (art. 26, III, da Lei nº 8.666/93), pagamentos sem comprovação dos serviços prestados (art. 56, parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 16.098/94); III - determinar à Secretaria de Solidariedade que, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, inicie procedimento visando à penalização da instituição, considerando, inclusive, diante da gravidade dos fatos, a possibilidade de declaração de inidoneidade, pela ausência de comprovação da aplicação dos recursos nos termos da Lei; IV - comunicar ao Governador do Distrito Federal as irregularidade noticiadas para que adote as providências de sua alçada visando à correção; V - **determinar ao Secretário de Solidariedade que: a) suspenda, "ad cautelam", a execução dos contratos com a ÁGORA; b) instaure, imediatamente, tomada de contas especial, mediante a conversão dos autos; c) promova a qualificação dos seus servidores para operar os instrumentos jurídicos e contábeis indispensáveis à regularidade na gestão de recursos públicos e informe, em 60 (sessenta) dias, as providências adotadas e/ou ações planejadas, apresentando neste último caso, o cronograma de implantação para acompanhamento por parte deste Tribunal; d) apresente, também em 60 (sessenta) dias, planejamento consistente quantificando as metas da gestão da secretaria, de modo a revelar como vem operacionalizando as ações da pasta; VI - ordenar à Inspetoria que forme autos apartados com cópia dos autos, remetendo ao Conselheiro-Corregedor para que sejam apurados os motivos pelos quais o Tribunal deixou de ter atuação tempestiva no presente caso, informando ao Plenário a respeito. Parcialmente vencida a Conselheira MARLI VINHADELI, que votou pela aprovação "in totum" da proposta do Relator, Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, no que foi acompanhada pelo Conselheiro ÁVILA E SILVA."***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



7. Em cumprimento ao determinado, a instauração da TCE foi comunicada à Corte pelo Secretário de Estado da Solidariedade do DF, mediante o Of. n.º 397/2003-GAB/SESOL, de 04.06.2003 (fl. 3).

8. A **comissão de TCE**, inicialmente, indicou prejuízo decorrente das irregularidades apuradas nos 2 contratos referidos. Notificações foram expedidas aos responsáveis buscando o recolhimento da importância referida e facultando apresentação de defesas, conforme a seguir indicado.

RESPONSÁVEIS	
José Luiz Naves Vieira	Secretário de Solidariedade/Ordenador
José Cláudio Pereira Caldas Romero	Diretor Geral de Administração/SESOL
Rodrigo Czepak	Executor Contrato n.º 02/1999
Luiz Alan Olivato	Diretor Geral de Administração/SESOL
Edvaldo Gonçalves dos Reis	Executor Contrato n.º 04/2000

Fonte: fls. 151/155 ap.

9. Após apreciar as defesas encaminhadas por 3 responsáveis que atenderam à convocação, às fls. 158/161, 162/163 e 174/181 do apenso, a comissão apuradora expediu suas conclusões no Relatório de fls. 187/193 ap.

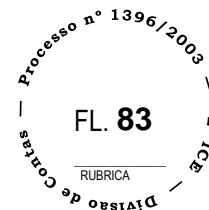
10. A linha de análise desenvolvida pela comissão confirmou as irregularidades nas contratações SESOL x ÁGORA, indicadas pela Inspeção do Tribunal. Inicialmente, a comissão apuradora entendeu pela ausência de justificativas para firmatura dos contratos de prestação de serviços de assessoria técnica, aduzindo existir na jurisdicionada quadro próprio de servidores capazes de desenvolver os serviços que foram contratados da instituição privada, deixando consignado que:

" Preliminarmente, há que se consignar, por necessário e verdadeiro, que à época em que os contratos n.ºs 002/99 e 004/2000 foram firmados com a entidade ÁGORA - Associação para Projetos de Combate à fome, a SESOL englobava a Secretaria de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade, contando, portanto, com uma enorme estrutura no início de sua implantação, concomitantemente com a implantação do Programa de Fortalecimento à Família de Baixa Renda - Pró-FAMÍLIA que atendia cerca de cento e vinte mil famílias carentes.

Por outro lado, nunca é demais lembrar, as múltiplas e complexas atribuições dos cargos exercidas pelos servidores envolvidos na então Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade, onde os seus dirigentes maiores, no caso dos envolvidos, por isso mesmo, dispunham de inúmeras unidades orgânicas a assessorá-los na tomada de decisões."



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



11. Mesmo ausente a situação fática justificadora da terceirização dos serviços, entendeu a comissão de TCE não haver restado demonstrada, cabalmente, a responsabilidade de agentes públicos, supondo ter ocorrido tão-somente uma falha administrativa, que foi tida por sanada pela multa aplicada pelo Tribunal aos responsáveis.

12. Quanto à execução do objeto das contratações, a comissão apuradora deixou consignado, sem maiores comprovações, que os serviços contratados teriam sido prestados pela entidade Ágora, concluindo seu Relatório nos seguintes termos:

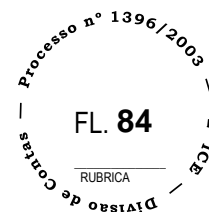
*" A recusa peremptória e a não emissão, por consequência, pela entidade **ÁGORA**, dos relatórios circunstanciados, solicitados às fls. 129 e 139, prejudicou sobremaneira, os trabalhos da Comissão, além de impossibilitar a defesa dos servidores relacionados, pois os mesmos poderiam ser elucidativos.*

*Por outro lado, e na mesma esteira da atitude negativa da **ÁGORA**, cabe, de rigor, uma observação julgada importante. Essa Entidade, integrada por religiosos, vem, ao longo do tempo, sendo contratada por entidades públicas, em todo o Brasil, para a prestação de serviços, como aconteceu recentemente com o Governo Federal que firmou com ela um pacto em torno de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), conforme noticiou a imprensa. Quando, porém, é instada a colaborar, como acontece agora para o cabal esclarecimento dos fatos de que trata esta TCE, se recusa, numa espécie de desdém, de desconsideração para com a entidade que a contratou e a seus servidores. [...] Agindo assim, a **ÁGORA** enriquece em detrimento de devotados servidores públicos, que vivem de seus salários. **É necessário, portanto, diante da recusa em colaborar com o esclarecimento dos fatos, mesmo porque os serviços contratados foram efetivamente prestados, que a Administração Pública resida em Juízo para responsabilizá-la, em nome da proibição do ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.***

*Do quanto exposto, a Comissão de Tomada de Contas Especial não vislumbra elementos seguros para responsabilizar nenhum dos servidores que não puderam defender-se, em face da negativa da contratada em colaborar com a investigação. Portanto, em sendo apenados como o ressarcimento do valor reclamado, estaria havendo enriquecimento sem causa, o que é vedado por lei, em detrimento do patrimônio dos envolvidos, com amparo do art. 13, § 1º da Resolução 102-TCDF, de 15 de julho de 1998, **esta Comissão dá por encerrados os trabalhos, sugerindo a remessa dos autos à Procuradoria Geral do Distrito Federal, para as providências de sua alçada.**" (fl. 192/193 ap. - destacamos)*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



13. Esse posicionamento da comissão de TCE resultou no encerramento das apurações, ao argumento de que a responsabilidade pelo ressarcimento haveria de ser atribuída exclusivamente a terceiro não vinculado à Administração Pública (art. 13, § 1º da Res. TCDF n.º 102/98), razão pela qual foi sugerida a adoção das medidas judiciais ao encargo da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

14. Por sua vez, o **órgão central de controle interno do DF** expediu o Relatório de Auditoria de fls. 217/232 ap., onde firmou entendimento divergente da comissão de TCE, ao indicar haver no feito elementos suficientes e capazes para levar à imputação de responsabilidades à entidade contratada e aos agentes públicos responsáveis pelas contratações e pela fiscalização da execução dos objetos pactuados. Da análise procedida pela unidade de Auditorias Especiais e Orientação da Controladoria/Corregedoria Geral do DF, destacamos a seguir os aspectos essenciais:

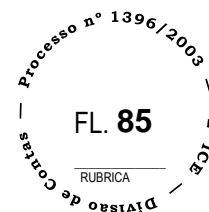
16. *A Comissão Tomadora de Contas concluiu em seu relatório final pelo encerramento dos trabalhos por entender que cabe à ÁGORA ressarcir à administração o valor despendido nos Contratos 002/99 e 004/2000, no montante de R\$ 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais), em face da negativa daquela entidade em colaborar com a investigação, não apresentando provas da prestação dos serviços, prejudicando a defesa dos servidores. Nesse ponto concordamos apenas em parte com a mesma. Nosso juízo é que apesar de tudo o que foi explanado nas peças de defesa, a SESOL não anexou nenhum documento que pudesse comprovar que os serviços objeto dos contratos 002/99 e 004/2000 foram efetivamente prestados pela contratada. Se a ÁGORA tinha obrigação de comprovar, a SESOL também não poderia se eximir de apresentar documentos comprobatórios. Como pode um órgão da administração realizar pagamentos de contratos sem a comprovação do cumprimento dos mesmos! Nesse sentido não há como não responsabilizar todas as pessoas envolvidas nas atividades de execução dos ajustes, senão vejamos:[...] d) Estranho que mesmo tendo efetuado diversos pagamentos à contratada a SESOL não conseguiu anexar nenhum documento comprobatório de que a ÁGORA realmente tenha prestado os serviços objeto dos contratos (relatórios, e atestados de execução, etc.), contrariando frontalmente o que determinam os dispositivos contidos no Capítulo II do Decreto 16.098/94, bem como os artigos 66 e 67 da Lei 8.666/93.*

17. *Ex Expositis, as alegações da CTCE e dos ex-servidores José Luiz Vieira Naves e José Cláudio Pereira Caldas Romero não podem prosperar, pois houve graves falhas administrativas nos contratos que não foram sanadas, uma vez que não constam documentos comprobatórios de que os serviços contratados com a ÁGORA foram prestados, tão somente declarações escrita. Nosso entendimento é que de forma alguma a SESOL poderia ter efetuado pagamentos àquela instituição sem a observância das normas legais mencionadas.*

18. *Estranhamos o fato da Comissão Tomadora de Contas, tendo imputado a responsabilidade aos ex-servidores, mesmo sem nenhum fato novo, após as peças de defesa mudou radicalmente de posição na elaboração do relatório final, tendo absolvido inclusive os senhores Rodrigo Czepak e Luis Alan Olivato, que sequer apresentaram defesas para as notificações a eles enviadas (fls. 153 e 154)"*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



15. Nesses termos, a unidade de auditorias da Controladoria/Corregedoria Geral do DF imputou à entidade ÁGORA e aos agentes públicos envolvidos, de maneira solidária, a obrigação de ressarcir o *quantum* do prejuízo, que foi recalculado com base no demonstrativo de fls. 148 ap., no valor de R\$ 278.000,00.

16. Em vista do prejuízo indicado, emitiu-se à fl. 233 ap. o Certificado de Auditoria n.º 096/2004 pela irregularidade das contas em apreço.

17. Feito o relato do essencial, passamos à análise das conclusões expedidas na fase interna desta TCE.

ANÁLISE DA TCE

18. Das apurações, verifica-se terem ocorrido nos contratos SESOL x ÁGORA n.ºs 2/1999 e 4/2000 graves falhas e ilegalidades nos atos de dispensa de licitação, na supervisão e fiscalização do cumprimento do objeto dos ajustes, e também nos procedimentos de liquidação das despesas e liberação de pagamentos à entidade contratada. A execução contratual não foi fiscalizada adequadamente pelo executor técnico, em desacordo com os termos contratuais e as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do DF.

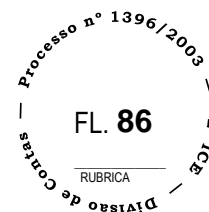
19. Conforme mencionado pelo ilustre Conselheiro Jacoby Fernandes no Voto de Vista expedido no Processo n.º 385/01, visto por cópia às fls. 107/110 ap., a entidade ÁGORA, criada em 1996 para o combate à fome, teve suas contas de 1997 e 1998 reprovadas pela Promotoria de Fundações do MPDFT, "*em função de desvio de finalidade de seus estatutos, utilização de recursos do FAT em benefício de administradores e outras despesas incompatíveis com os objetivos sociais*". Insustentável, portanto, a contratação da referida entidade por dispensa de licitação, pois que não foi observado o pressuposto exigido no art. 24, XIII, da Lei n.º 8.666/93, atinente à "inquestionável reputação ético-profissional".

20. A falha mais grave decorreu da ineficiência dos executores técnicos, formalmente designados para fiscalizar execução dos contratos em referência (fls. 52, 164 e 269 ap.), pois a estes cumpria a emissão dos Atestados de Execução¹, documento essencial para o processamento da liquidação da despesa, no qual deve constar a especificação detalhada do serviço executado, justamente para permitir uma avaliação objetiva do cumprimento das obrigações da contratada.

¹ DECRETO Nº 16.098/94 - Art. 16. A execução de etapa de obra ou serviço, ou o recebimento de equipamento, serão certificados pelo executor ou responsável, mediante emissão de Atestado de Execução, conforme modelo aprovado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento.
Parágrafo único. No Atestado de Execução, será especificado, detalhadamente, o equipamento recebido, o serviço ou a obra executada, o valor, sua localização e o período de execução.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



21. Registre-se que o atesto emitido pelo executor do contrato 04/2000 e os relatórios de atividades² encaminhados pela entidade contratada à SESOL, acompanhados de pedido de liberação de pagamento, a nosso ver, não passam de documentos vazios, sem um mínimo aceitável de informações que assegurem que a Administração pagou por serviços efetivamente prestados.

22. Nada se extrai desses relatórios que pudesse dar a menor segurança quanto à execução dos serviços contratados, que visavam à implantação, monitoramento e avaliação do Programa PRÓ-FAMÍLIA. Ou seja: quais os projetos de segurança alimentar foram desenvolvidos, quais os cursos de capacitação/seminários/atividades sócio-educativas previstos no Plano de Trabalho da contratação foram implementados com a assessoria da contratada, onde e para quantos servidores/alunos/beneficiários? Quais e onde se encontram os relatórios de avaliação da eficiência e eficácia do programa, que se disse terem sido produzidos pela contratada?

23. Aos responsáveis, à época dos fatos, pela supervisão dos contratos, liquidação da despesa e liberação dos pagamentos, Srs. JOSÉ LUIZ NAVES VIEIRA (Secretário de Solidariedade/Ordenador de Despesas), JOSÉ CLÁUDIO PEREIRA CALDAS ROMERO (DGA/SESOL), LUIZ ALAN OLIVATO (DGA/SESOL), competia agir e decidir com prudência, tendo por base relatórios e atestados da execução dos serviços, que deveriam ter sido emitidos pelos executores técnicos Srs. RODRIGO CZEPACK (Contrato n.º 02/1999) e EDVALDO GONÇALVES DOS REIS (Contrato n.º 04/2000).

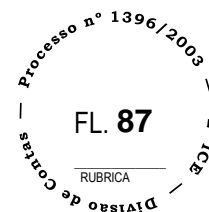
24. Conforme disposto nas normas de execução financeira, a fase de liquidação da despesa pública consiste na verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelo credor e deve processar-se mediante avaliação objetiva, lastreada em documentos, a fim de evitar exames superficiais ou pró forma que, por via de regra, acabam gerando pagamentos indevidos.

25. Ocorreu que, mesmo sem nenhuma base documental competente para certificar a contraprestação dos serviços, os custos e o número de horas dedicadas pela equipe da Ágora à SESOL, a título de assessoria técnica, os pagamentos foram liberados pelos Diretores de Administração Geral da SESOL/DF, nos respectivos períodos de gestão, com o aval do Ordenador de Despesas, sem os cuidados legais e usuais para garantir a comprovação do cumprimento integral dos serviços pagos.

² Fls. 52, 272/274, 276/278, 280, 282/288, 304/308, 311/313, 317/322, 325/328 do apenso n.º 240.000.494/2003



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



26. Por seu turno, nenhum elemento trouxe a comissão de TCE que pudesse embasar sua conclusão, no sentido de que as irregularidades indicadas nos autos não passam de uma falha administrativa, e que os pagamentos teriam sido regulares, afirmando: *"mesmo porque os serviços contratados foram efetivamente prestados"*. Ora, se plausível asseverar-se que não houve ineficiência de agentes públicos no acompanhamento dos contratos e que inexistiram ilegalidades nos pagamento das despesas e, mais, que os serviços foram regularmente efetivados, qual seria o sentido no encaminhamento do feito à Procuradoria Geral do DF, *"com vistas às providências de ordem judicial"* visando recomposição de danos ao erário, como proposto pela comissão apuradora.

CONCLUSÃO

27. Divergimos das conclusões apresentadas pela Comissão de TCE. As contradições em seu posicionamento são evidentes. Não há, nestes autos, comprovação documental de a entidade contratada ter cumprido fielmente com as obrigações assumidas ou de que o serviços foram integralmente prestados.

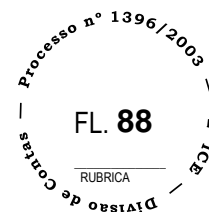
28. Por outro lado, não há dúvida de que os agentes públicos indicados nesta TCE participaram da seqüência dos atos irregulares identificados nos autos, atinentes à dispensa indevida de licitação, ineficiência e descontrole na fiscalização da execução contratual, processamento da liquidação e do pagamento de despesas em desacordo com as normas regentes. Agindo assim, concorreram para a geração do prejuízo identificado na TCE, no valor integral dos pagamentos efetuados à entidade, cuja soma é de R\$ 278.000,00, conforme demonstrativo de fls. 148 ap.

29. Ao final, chama-se atenção para o documento de registro de andamento processual de fls. 332 ap., atualizado pelo de fls. 76, onde se verifica que a entidade Ágora está sendo demandada em juízo, em sede de **Ação de Reparação de Danos** (Processo n.º 2004.01.1.089860-9), proposta pela Procuradoria Geral do DF, que tramita junto ao e. TJDF, na Quarta Vara da Fazenda Pública da Circunscrição Judiciária Especial de Brasília.

30. Em que pesem as providências de ordem judicial tentadas pela Advocacia Pública do DF, acreditamos que o TCDF é instância independente para prosseguir nas medidas de sua alçada necessárias ao ressarcimento do prejuízo indicado nos autos, não estando essas providências jungidas ao deslinde da ação judicial referida.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



31. Considerando a situação constituída nesta TCE, temos por incidente a hipótese do § 2º, alíneas "a" e "b", do art. 17 da Lei Complementar n.º 01/94³, que estabelece a responsabilidade solidária entre agentes públicos e terceiro que, como contratante ou parte interessada, haja concorrido para o cometimento de dano apurado. Ainda que essa regra não constasse expressamente da Lei Orgânica desta Corte, mesmo assim a entidade Ágora não poderia declinar da obrigação de comprovar a efetiva aplicação total ou parcial dos recursos públicos recebidos, à luz do previsto no parágrafo único do art. 70 da Constituição da República, confira-se: *"Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária."*

32. Sobre a entidade Ágora recai a incontornável obrigação de prestar contas, a todo e qualquer momento, sobre o paradeiro dos valores recebidos no âmbito dos Contratos SESOL x ÁGORA n.º 02/1999 e 04/2000, devendo ser feita também a prova do quanto da obrigação contratual efetivamente cumpriu. Ressalte-se que desde o início da fase interna da TCE a entidade Ágora não fez o menor esforço no sentido de comprovar a legítima aplicação de qualquer parcela dos valores pagos.

33. Conseqüente às irregularidades indicadas nos contratos em análise, tendo em vista o envolvimento de agentes públicos e a co-participação da entidade contratada nos atos ensejadores de prejuízo, a proposta do órgão técnico, nesta fase, nos mesmos termos em que pugnou o órgão de controle interno, é pela citação da entidade ÁGORA - Associação para Projetos de Combate à Fome, na pessoa de seu representante legal, bem ainda dos agentes públicos responsáveis pela supervisão dos contratos, liquidação das despesas e liberação dos pagamentos, Srs. JOSÉ LUIZ NAVES VIEIRA (Secretário de Solidariedade/Ordenador de Despesas), JOSÉ CLÁUDIO PEREIRA CALDAS ROMERO (Diretor Geral de Administração/SESOL), RODRIGO CZEPACK (Executor do Contrato n.º 02/1999) e EDVALDO GONÇALVES DOS REIS (Executor do Contrato n.º 04/2000), para responderem solidariamente pelo prejuízo apurado, com vistas apresentação de defesas e ao julgamento destas Contas Especiais.

³ "Art. 17. As contas serão julgadas:

....
III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

....
c) dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

....
d) desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

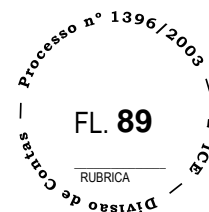
....
§ 2º Nas hipóteses do inciso III, alíneas c e d deste artigo, **o Tribunal, ao julgar irregulares as contas, fixará a responsabilidade solidária:**

a) do agente público que praticou o ato irregular; e

b) do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado." (grifou-se)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



34. Quanto ao Sr. LUIZ ALAN OLIVATO, ex-Diretor Geral de Administração da SESOL, indicado em responsabilidade solidária pelo ressarcimento do prejuízo apurado na TCE, verifica-se que o documento de fls. 78 certifica o seu falecimento em 29-09-2004. Da Certidão de Óbito n.º 46046, expedida pelo Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil e Protesto do DF, extrai-se que o responsável falecido deixou sucessores e bens a inventariar.

35. O entendimento prevalecente no Tribunal sobre a matéria é no sentido de que o falecimento de responsável não isenta o interesse dos sucessores de promover a defesa de mérito. O inciso XLV do art. 5º da Constituição da República preceitua que **"nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido"**. (grifamos)

36. O dispositivo constitucional, em sua primeira parte, assenta o princípio da personificação ou da intransmissibilidade da pena, que jamais passará da pessoa do condenado. Na parte final, disciplina aspectos patrimoniais, ou de responsabilidade civil. A obrigação de reparar danos estende-se aos sucessores e contra eles pode ser executada. Estabelece, assim, a *"transmissibilidade do dever de indenizar"*⁴.

37. Por seu turno, o Código Civil define que *"o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmite-se com a herança"* (art. 943) e que *"a herança responde pelo pagamento das dividas do falecido; mas, feita a partilha, só respondem os herdeiros, cada qual em proporção da parte que na herança lhe coube"* (art. 1.997).

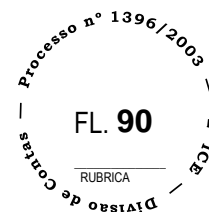
38. Importa notar que a jurisdição do TCDF abrange *"os sucessores dos administradores e responsáveis..., até o limite do valor do patrimônio transferido..."* (art. 6º, VII, LC 01/94), bem ainda que os §§ 1º e 2º do artigo 172 de seu Regimento Interno estatuem que: *"§ 1º Falecido o responsável e evidenciada a sucessão na responsabilidade pelo ressarcimento, o Tribunal ordenará a citação do cônjuge supérstite, dos herdeiros ou sucessores e dos co-responsáveis por fiança ou seguro, para apresentar defesa. § 2º Se a defesa comprovar o indébito, o Tribunal julgará as contas regulares"*.

39. Em face do valor do prejuízo indicado nos autos, cumpre propor a citação do espólio de LUIZ ALAN OLIVATO, na pessoa de seu cônjuge supérstite, Sra. CREUSA MONTEIRO OLINTO OLIVATO, e de seus herdeiros, Srs. THIAGO OLINTO OLIVATO e BRUNO OLINTO OLIVATO.

⁴ Bastos, Celso Ribeiro e Martins, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1989. 2º volume, p. 232.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



SUGESTÕES

Diante do exposto, sugere-se ao e. Plenário:

- I. conhecer da Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência de irregularidades verificadas nos Contratos n.ºs 02/1999 e 04/2000, firmados pela então Secretaria de Estado de Solidariedade e a entidade Ágora - Associação para Projetos de Combate à Fome (Processo-GDF n.º 240.000.494/2003);
- II. determinar, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/94, a citação da entidade Ágora - Associação para Projetos de Combate à Fome, na pessoa de seu representante legal, dos agentes públicos nominados no § 33 da Instrução e, nos termos do art. 172, § 1º, do RI/TCDF, dos sucessores do responsável falecido, nominados no § 39 da Instrução, para, em 30 dias, providenciarem, de maneira solidária, o ressarcimento aos cofres do Distrito Federal do prejuízo no valor de R\$ 278.000,00, com os devidos acréscimos legais, ou, caso queiram, apresentar defesas, em face da não comprovação do emprego regular de recursos públicos, tendo em vista as irregularidades indicadas nos Contratos SESOL x ÁGORA n.ºs 02/1999 e 04/2000;
- III. autorizar a devolução destes autos à 2ª ICE para as providências de estilo.

À consideração superior.

Em 25/08/2005.

Ruy Paulo Dalosto

AFCE matr. n.º 573-8

De acordo com as sugestões apresentadas.

À consideração do Sr. Inspetor.

Em / /

Adalton Cardoso Flores

2ª ICE - Divisão de Contas

Diretor